

1. (PR-4 UFRJ - 2018 - UFRJ- ADAPTADA) Nos termos da Lei nº 16.024/2008, são deveres do servidor público:

- A) cumprir as ordens superiores, ainda que manifestamente ilegais.
- B) recusar fé a documentos públicos.
- C) promover manifestação de apreço no recinto da repartição.
- D) representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder.
- E) aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical.

COMENTÁRIO

De acordo com o artigo 156, inciso XIII, da Lei nº 16.024/2008, é dever do servidor público "representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder". Esse dever está em consonância com os princípios da moralidade e da legalidade administrativa, que exigem do servidor uma postura proativa na fiscalização e denúncia de atos que comprometam a regularidade da administração pública.

GABARITO: Letra D.

2. (COSEAC - 2019 - UFF - ADAPTADA) Tendo em vista o disposto na Lei nº 16.024/2008, são deveres do servidor, EXCETO:

- A) observar as normas legais e regulamentares.
- B) exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo.
- C) cumprir as ordens superiores, mesmo quando manifestadamente ilegais.
- D) atender com presteza ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo.

COMENTÁRIO

De acordo com o artigo 156, inciso VIII, da Lei nº 16.024/2008, é dever do servidor público "cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestadamente ilegais". Isso reflete o princípio da legalidade, que orienta a atuação dos servidores públicos. Não é permitido, sob nenhuma circunstância, cumprir ordens que violem a lei de maneira evidente, sob pena de responsabilidade funcional e até penal.

GABARITO: Letra C.

3. FAURGS - 2018 - UFRGS- ADAPTADA) Com base na Lei nº 16.024/2008 – Regime Jurídico dos servidores públicos do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, considere as ações abaixo.

- I - Atender com presteza às requisições para a defesa da Fazenda Pública.
- II - Guardar sigilo sobre assunto da repartição.

III- Manter conduta compatível com a moralidade administrativa.

IV- Representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder.

Quais são deveres do servidor?

A) Apenas I.

B) Apenas II.

C) Apenas III.

D) Apenas IV.

E) I, II, III e IV.

COMENTÁRIO

De acordo com o artigo 156 da Lei nº 16.024/2008, todos os itens apresentados estão previstos como deveres do servidor público:

I - Atender com presteza às requisições para a defesa da Fazenda Pública: está disposto no inciso IX, alínea "c".

II - Guardar sigilo sobre assunto da repartição: encontra-se previsto no inciso XII.

III - Manter conduta compatível com a moralidade administrativa: está no inciso IV.

IV - Representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder: é obrigação do servidor conforme o inciso XIII.

A legislação reforça que esses deveres são fundamentais para assegurar o bom desempenho das funções públicas e a preservação da moralidade e eficiência administrativa. Assim, a resposta correta é a alternativa E, pois todas as ações listadas estão de acordo com o artigo 156 da Lei nº 16.024/2008.

GABARITO: Letra E.

4. (AMEOSC - 2021 - Prefeitura de Barra Bonita - SC- ADAPTADA) Ser servidor público é prestar serviços que podem ser considerados de suma importância nas atividades de uma comunidade, sociedade ou de uma nação. Afinal, nenhum país, estado ou município funciona sem o quadro servidores públicos ativos, estes que são responsáveis pelos diversos serviços colocados à disposição do cidadão. Diante disso, marque a alternativa INCORRETA sobre os deveres do servidor público.

A) Exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo.

B) Atender com presteza.

C) Cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais.

D) Recusar fé a documento público.

COMENTÁRIO

De acordo com o artigo 156 da Lei nº 16.024/2008, os deveres do servidor público englobam:

- A) Exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo, conforme previsto no inciso V.
- B) Atender com presteza, conforme o inciso IX, alínea "a".
- C) Cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais, conforme o inciso VIII.

Por outro lado, recusar fé a documento público não é um dever, mas sim uma infração que contraria o princípio da moralidade administrativa e compromete a boa-fé dos atos administrativos. Este ato seria incompatível com a conduta esperada do servidor público e não é previsto como um dever no artigo mencionado.

Assim, a alternativa D é incorreta, pois viola diretamente os princípios e deveres estabelecidos pela Lei nº 16.024/2008.

GABARITO: Letra D.

5. (UFRRJ - 2019 - UFRRJ- ADAPTADA) Ao servidor público é proibido

- A) cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais.
- B) promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição.
- C) zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público.
- D) representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder.
- E) manter conduta compatível com a moralidade administrativa.

COMENTÁRIO

De acordo com o artigo 157 da Lei nº 16.024/2008, que regula as proibições aplicáveis aos servidores públicos do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, é vedado ao funcionário promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição (inciso V). Essa proibição visa garantir a imparcialidade e a neutralidade no ambiente de trabalho, além de preservar a disciplina e a harmonia na repartição pública.

As demais alternativas não configuram proibições e, inclusive, refletem obrigações e direitos do servidor público, como:

Alternativa A - Incorreta. Cumprir ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais (art. 156, VIII);

Alternativa C- Incorreta. Zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público (art. 156, XI);

Alternativa D- Incorreta. Representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder (art. 156, XIII);

Alternativa E - Incorreta. Manter conduta compatível com a moralidade administrativa (art. 156, IV).

Portanto, a alternativa B é a correta, pois trata de uma conduta expressamente proibida pela legislação aplicável.

GABARITO: Letra B.

6. (INSTITUTO AOCP - 2018 - UFOB- ADAPTADA) É proibido recusar fé a documentos públicos.

() Certo

() Errado

COMENTÁRIO

Conforme o artigo 157, inciso III, da legislação apresentada, é expressamente proibido ao servidor público recusar fé a documentos públicos. Essa proibição é fundamental para assegurar a credibilidade, a eficiência e a integridade do serviço público, evitando a deslegitimação de atos formais e documentos que têm presunção de veracidade em suas informações.

GABARITO: CERTO

7. (UFMG - 2019 - UFMG- ADAPTADA) Nos termos da Lei nº 16.024/2008, ao servidor é proibido:

A) opor resistência justificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço.

B) levar as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ao conhecimento da autoridade superior.

C) ausentar-se do serviço durante o expediente, mesmo quando houver autorização do chefe imediato.

D) retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição.

COMENTÁRIO

Conforme o artigo 157, inciso II, da Lei nº 16.024/2008, é expressamente proibido ao servidor público retirar qualquer documento ou objeto da repartição sem prévia anuência da autoridade competente. Essa regra busca assegurar o controle administrativo sobre os bens e documentos sob guarda do servidor, prevenindo possíveis extravios, desvios de finalidade ou uso inadequado do patrimônio público.

Analisando as demais alternativas:

Alternativa A - Incorreta. Opor resistência justificada não é proibido; o que é vedado, conforme o inciso IV, é opor resistência injustificada ao andamento de documentos, processos ou execução de serviço.

Alternativa B - Incorreta. Levar irregularidades ao conhecimento da autoridade superior não é proibido, sendo, ao contrário, uma obrigação funcional prevista em diversas normativas.

Alternativa C - Incorreta. Ausentar-se do serviço com autorização do chefe imediato não é proibido; a vedação aplica-se a ausências sem autorização, conforme o inciso I.

Portanto, a alternativa D está correta, fundamentada no inciso II do artigo 157. Essa regra reflete a responsabilidade do servidor em proteger o interesse público no desempenho de suas funções.

GABARITO: Letra D.

8. (UFMT - 2019 - UFT - ADAPTADA) Nos termos da Lei nº 16.024/2008, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores do Tribunal de Justiça do Paraná, ao servidor é PROIBIDO:

- A) Manter amigo íntimo, sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança.
- B) Participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada.
- C) Convidar os demais servidores de sua repartição a filiarem-se a associação profissional ou sindical.
- D) Atuar, como procurador de parentes, junto à repartição pública para tratar de benefício previdenciário.

COMENTÁRIO

Conforme o artigo 157, inciso X, da Lei nº 16.024/2008, é proibido ao servidor público participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, salvo exceções previstas, como participação em sociedade cooperativa constituída para prestar serviços aos seus membros ou na qualidade de acionista ou cotista. Essa proibição visa garantir que o servidor não se envolva em atividades que possam comprometer a dedicação ao serviço público ou gerar conflitos de interesse.

Análise das demais alternativas:

Alternativa A - Incorreta. A proibição é referente à chefia de cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, conforme o inciso VIII. Não há menção a amigos íntimos.

Alternativa C - Incorreta. É proibido coagir ou aliciar subordinados a se filiarem a associações ou sindicatos (inciso VII), mas o simples ato de convidar não está expressamente vedado.

Alternativa D- Incorreta. O inciso XI veda atuar como procurador ou intermediário de forma geral, sem especificar parentes ou benefícios previdenciários. Assim, essa proibição não está detalhada como na alternativa apresentada.

Portanto, a alternativa B está em conformidade com o disposto no artigo 157, inciso X, da Lei nº 16.024/2008.

GABARITO: Letra B.

9. (FGV - 2022 - IBGE- ADAPTADA) Assinale a afirmativa incorreta, de acordo com a Lei nº 16.024/2008, sobre as responsabilidades do servidor público.

- A) O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.
- B) A responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputadas ao servidor, nessa qualidade.
- C) A responsabilidade civil-administrativa resulta de ato omissivo ou comissivo praticado no desempenho do cargo ou função.
- D) As sanções civis, penais e administrativas não poderão cumular-se, sendo dependentes umas das outras.
- E) A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

COMENTÁRIO

Conforme o disposto na Lei nº 16.024/2008, as responsabilidades civis, penais e administrativas podem cumular-se, sendo independentes entre si, conforme estabelece o artigo 9º da lei. A ideia de independência implica que cada responsabilidade segue seu curso de apuração e aplicação, sem que uma dependa do resultado das outras. Assim, a afirmativa D é incorreta porque afirma justamente o oposto.

GABARITO: Letra D.

10. (IF-MT - 2019 - IF-MT - adaptada) Com base na Lei nº 16.024/2008, assinale a alternativa INCORRETA:

- A) A responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.
- B) O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.
- C) Tratando-se de dano causado a terceiros, responderá o servidor perante a Fazenda Pública, em ação regressiva.
- D) A obrigação de reparar o dano não poderá se estender aos sucessores e contra eles não será executada.
- E) A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

COMENTÁRIO

A Lei nº 16.024/2008, em seu artigo 160, § 3º, estabelece que "a obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada até o limite do valor da herança recebida". Portanto, a responsabilidade para reparar o dano pode, sim, se estender aos sucessores do servidor, e a execução do débito poderá ser realizada contra eles até o limite da herança recebida.

GABARITO: Letra D.

11. (FGV - 2022 - IBGE- Adaptada) Avalie se, de acordo com o Art. 193 da Lei nº 16.024/2008, são penalidades disciplinares aplicáveis ao servidor:

- I. advertência.
- II. suspensão.
- III. demissão.

Assinale a opção que indica todas as penalidades corretas.

- A) I, apenas.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III.

COMENTÁRIO

De acordo com o Art. 193 da Lei nº 16.024/2008, as penalidades disciplinares aplicáveis ao servidor público são:

- I. Advertência
- II. Suspensão

III. Demissão

IV. Cassação de aposentadoria ou de disponibilidade

V. Destituição de cargo em comissão

Portanto, as penalidades advertência, suspensão e demissão estão corretamente listadas entre as opções possíveis. A alternativa correta é E, pois inclui todas essas penalidades.

As demais alternativas estão incorretas por não incluírem todas as penalidades mencionadas no artigo, que incluem, além de advertência, suspensão e demissão, também a cassação de aposentadoria e a destituição de cargo em comissão.

GABARITO: Letra E.

12. (Prefeitura de Arapiraca - AL - 2019 - Prefeitura de Arapiraca - AL- ADAPTADA) Segundo o regime disciplinar prescrito na Lei nº 16.024/2008 as penalidades disciplinares são, EXCETO:

- A) advertência
- B) suspensão
- C) cassação de disponibilidade
- D) transferência
- E) demissão

COMENTÁRIO

A transferência não está prevista como uma penalidade disciplinar no regime disciplinar da referida lei, razão pela qual a alternativa D é a única que apresenta uma opção incorreta.

As demais alternativas (A, B, C, e E) referem-se a penalidades que, de fato, estão previstas no Art. 193, logo estão corretas.

GABARITO: Letra D.

13. (FAURGS - 2018 - UFCSPA - RS -ADAPTADA) De acordo com a Lei nº 16.024/2008, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, a pena de demissão será aplicada no caso de

- A) recusa de fé a documento público.
- B) oposição de resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço.
- C) abandono de cargo.
- D) promoção de manifestação de apreço ou despreço no recinto da repartição.
- E) recusa injustificada de submissão à inspeção médica determinada pela autoridade competente.

COMENTÁRIO

O abandono de cargo é especificamente indicado como uma das causas para a aplicação de demissão, conforme o inciso II do artigo citado. Esse abandono é caracterizado pela ausência ao serviço sem justa causa por 30 dias consecutivos, conforme o parágrafo único do artigo.

As demais alternativas (A, B, D, E) não correspondem a causas específicas para demissão conforme a Lei nº 16.024/2008, embora possam ser passíveis de outras penalidades, como suspensão ou advertência, mas não de demissão.

GABARITO: Letra C.

14. (Unilavras - 2021 - Prefeitura de Cláudio - MG - ADAPTADA) Carlos é servidor efetivo de uma vara judicial no interior do Paraná. Sua esposa, Joana, também servidora do Tribunal de Justiça do Paraná, foi deslocada de ofício para atuar em outra comarca devido à nomeação em um novo cargo. Carlos deseja acompanhá-la e exercer suas funções na mesma comarca. De acordo com o Estatuto dos Funcionários do Tribunal de Justiça do Paraná (Lei nº 16.024/2008), Carlos pode:

- A) Ser removido a pedido, independentemente do interesse da Administração, para acompanhamento de cônjuge.
- B) Solicitar licença para acompanhamento de cônjuge, com exercício provisório na nova comarca, em virtude do deslocamento de sua esposa.
- C) Ser removido a pedido, a critério da Administração.
- D) Solicitar transferência de seu cargo para a comarca onde sua esposa foi lotada.

COMENTÁRIO

De acordo com o Art. 123 do Estatuto dos Funcionários do Tribunal de Justiça do Paraná, Carlos pode solicitar licença para acompanhamento de cônjuge, com possibilidade de exercício provisório em órgão ou entidade da administração pública estadual, desde que haja compatibilidade de atribuições entre o cargo que ocupa e as atividades a serem desempenhadas na nova localidade.

GABARITO: Letra B.

15. (IBFC - 2023 - IBGE- adaptada) Acerca das proibições estabelecidas pela Lei nº 16.024/2008 ao servidor público, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- () Ao servidor é proibido opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço.
- () Ao servidor é proibido promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição.
- () Ao servidor é proibido recusar fé a documentos públicos.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- A) V - V - V
- B) V - F - V
- C) F - F - V

D) V - V - F

E) F - V - F

COMENTÁRIO

A alternativa I está correta. O artigo 157, inciso IV, da Lei nº 16.024/2008, proíbe ao servidor público opor resistência injustificada ao encaminhamento de documentos, ao andamento de processos ou à execução de serviços.

A alternativa II está correta. O artigo 157, inciso V, proíbe a promoção de manifestações de apreço ou desapreço no recinto da repartição.

A alternativa III está correta. O artigo 157, inciso III, proíbe ao servidor recusar fé a documentos públicos.

GABARITO: Letra A.

16. (IBFC - 2023 - IBGE-ADAPTADA) O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições. Com base na Lei nº 16.024/2008, assinale a alternativa correta:

A) É vedado que a obrigação de reparar o dano se estenda aos sucessores e contra eles venha a ser executada;

B) A responsabilidade penal abrange somente as contravenções imputadas ao servidor, nessa qualidade, excluindo-se os crimes;

C) A responsabilidade administrativa do servidor não será afastada mesmo em caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria;

D) As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si;

E) Todas as assertivas anteriores estão corretas.

COMENTÁRIO

A alternativa A está incorreta. O art. 160, § 3º da Lei nº 16.024/2008 estabelece que a obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores do servidor, e a execução contra eles pode ocorrer até o limite do valor da herança recebida.

A alternativa B está incorreta. O art. 161 da Lei afirma que a responsabilidade penal do servidor abrange tanto crimes quanto contravenções imputadas ao servidor, na qualidade de funcionário.

A alternativa C está incorreta. O art. 163 da Lei dispõe que a responsabilidade administrativa será afastada se o servidor for absolvido criminalmente com base na negação da existência do fato ou de sua autoria.

A alternativa D está correta. O art. 159 da Lei confirma que as sanções civis, penais e administrativas podem ser cumuladas, sendo independentes entre si, o que torna essa afirmação correta.

GABARITO: Letra D.

17. (UFSC - 2023 - UFSC - ADAPTADA) A prescrição é a extinção da pretensão pelo tempo. Acerca da prescrição da penalidade de advertência, assinale corretamente o prazo previsto na Lei nº 16.024/2008:

- A) 5 (cinco) anos
- B) 2 (dois) anos
- C) 10 (dez) anos
- D) 180 (cento e oitenta) dias
- E) 120 (cento e vinte) dias

COMENTÁRIO

A prescrição é o prazo dentro do qual a administração pública pode aplicar a penalidade disciplinar. A Lei nº 16.024/2008, que trata do regime jurídico dos servidores públicos da União, prevê prazos específicos para a prescrição das infrações disciplinares, conforme o art. 203.

O art. 203, inciso II estabelece que a prescrição para infrações passíveis de advertência ou suspensão é de 2 (dois) anos.

GABARITO: Letra B

18. (FUNTEF-PR - 2023 - UTFPR-ADAPTADA) Quanto ao processo administrativo disciplinar definido pela Lei nº 16.024/2008, identifica-se que da sindicância poderá resultar aplicação da penalidade:

- A) Apenas advertência.
- B) Demissão.
- C) Exoneração.
- D) advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias.
- E) advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias úteis.

COMENTÁRIO

De acordo com o art. 209, § 2º, da Lei nº 16.024/2008, as penas de advertência e suspensão de até 30 (trinta) dias podem ser aplicadas no âmbito da sindicância, desde que sejam observados o contraditório, a ampla defesa e que a instrução dos fatos se dê por comissão disciplinar, conforme o previsto na Subseção I-A da Seção VII da mesma lei.

GABARITO: Letra D.

19. (COMPERVE - 2019 - UFRN-ADAPTADA) Segundo as disposições insertas no Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (Lei nº 16.024/2008), a prescrição da ação disciplinar quanto à infração punível com destituição de cargo em comissão é de

- A) seis anos.
- B) cinco anos.
- C) três anos.
- D) dois anos.

COMENTÁRIO

A pretensão punitiva disciplinar prescreverá em 5 (cinco) anos para as infrações puníveis com demissão, cassação de aposentadoria ou de disponibilidade e destituição de cargo em comissão.

GABARITO: Letra B.

20. (FCC - 2022 - TRT - 17ª Região (ES) -ADAPTADA) De acordo com o que estabelece a Lei nº 16.024/2008, o processo administrativo disciplinar da sindicância poderá resultar:

- I. no arquivamento do processo disciplinar.
- II. na aplicação da penalidade de advertência.
- III. na aplicação da penalidade de suspensão por até 60 dias.
- IV. na aplicação da penalidade de demissão.
- V. na instauração de processo disciplinar.

Está correto o que se afirma APENAS em

- A) I, II e V.
- B) I, II e III.
- C) III e IV.
- D) II e III.
- E) I, IV e V.

COMENTÁRIO

Alternativa letra I - correta. O Art. 209, inciso I, da Lei nº 16.024/2008 estabelece que a sindicância pode resultar no arquivamento, caso não sejam encontradas evidências de infrações que justifiquem a continuidade do processo.

Alternativa letra II - correta. A sindicância pode resultar em penalidades menores, como advertência, caso a infração não seja grave o suficiente para levar a outras punições. A advertência é uma medida prevista em diversos regimes jurídicos, incluindo o da Lei nº 16.024/2008.

Alternativa letra III - incorreta. A sindicância não resulta diretamente na aplicação de penalidades, como suspensão. A suspensão é uma penalidade que pode ser aplicada em outras fases do processo disciplinar, mas não é resultado direto da sindicância.

Alternativa letra IV - incorreta. A demissão é uma penalidade mais grave e só pode ser aplicada no decorrer de um processo disciplinar regular, não sendo uma consequência direta de uma sindicância.

Alternativa letra V - correta. A sindicância pode resultar na instauração de um processo disciplinar, caso seja verificado que há indícios suficientes de infração que justifiquem a apuração mais profunda e a imposição de penalidades.

GABARITO: Letra A.